

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Maria Aparecida Kolinski Cezar

**A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- O
PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO**

CURITIBA

2010

**A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- O
PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO**

CURITIBA

2010

Maria Aparecida Kolinski Cezar

**A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- O
PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Psicopedagogia, da Faculdade de pós-graduação, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial, para obtenção de título de Psicopedagogo.

Orientadora: Professora Margaret Schroeder.

CURITIBA

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

Maria Aparecida kolinski Cezar

A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- O PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO

Esta monografia foi julgada e aprovada para a obtenção de título de Especialista em Psicopedagogia no curso de Pós-graduação da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, 02 de dezembro de 2010.

Psicopedagogia, Pós-graduação

Universidade Tuiuti do paraná

Orientadora: Professora Margaret Schroeder

Universidade Tuiuti do Paraná

RESUMO

O presente trabalho visa analisar questões pertinentes ao contexto educacional brasileiro, ou seja, a ampliação do ensino fundamental, mais precisamente o processo da alfabetização no primeiro ano.

Ao se instituir o ensino fundamental de nove anos, crianças com seis anos de idade passam a freqüentar o primeiro ano, e a alfabetização torna-se um dos maiores desafios e motivo de questionamentos entre toda a comunidade escolar.

Deste modo, a antecipação do ingresso das crianças no ensino obrigatório, isto é, de sete para seis anos, demanda adaptações na estrutura e organização escolar.

Além, que a singularidade do desenvolvimento infantil deve ser levada em consideração, respeitando as potencialidades e a questão lúdica neste processo gradativo de alfabetização.

É imprescindível uma compreensão apurada sobre esse processo complexo, que é o aprender ler e escrever, minimizando possíveis dificuldades que possam implicar tanto em aspectos da aprendizagem quanto aos relativos ao desenvolvimento.

Palavras-chave: ensino fundamental, alfabetização, criança de seis anos, desenvolvimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- ASPECTOS LEGAIS.....	11
2.2 A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E PROCESSOS COGNITIVOS.....	14
2.3 A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA NESTE CONTEXTO.....	22
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
4 REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a educação brasileira é marcada por um número elevado de pessoas não alfabetizadas. Tanto no que diz respeito à ¹alfabetização entendida como aquisição do código escrito, quanto para situações que exigem uma interpretação mais elaborada pelo indivíduo, isto é o ²letramento.

Nesse sentido, as dificuldades de aprendizagem no que tange a leitura e a escrita, sempre permearam o contexto escolar, porém na atualidade percebe-se uma preocupação maior em impedir esse fracasso. Desta forma, alunos que não obtinham sucesso em sua vida escolar, em épocas anteriores, evadiam-se da escola e, de certa forma, resolvia-se o problema da instituição, mas por outro lado crescia o número de analfabetos. Hoje, existem ainda altos índices de analfabetismo, porém buscam-se novas alternativas para um rendimento escolar mais satisfatório englobando maior número de pessoas.

Deve-se ter em mente que o fracasso escolar não é resultado de apenas uma condição, ou seja, só é culpa da escola ou apenas do aluno. É uma somatória de fatores implícitos ou explícitos à educação escolar.

¹ Para RANGEL (2008, p.9), “Alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em escrita (escrever) em de decodificar a língua escrita em oral (ler).” (RANGEL, 2008, p.9)

² (*id*, 2008, p.10) a alfabetização transcende a questão “mecânica” versus “compreensão”. Ela tem uma dimensão social. Não é a mesma para todas as sociedades nem para todas as camadas sociais de uma mesma sociedade. “Por isso se fala hoje em letramento ou alfabetização funcional.”

De acordo com WEISS (2008, p. 16-26), no diagnóstico psicopedagógico do fracasso escolar de um aluno não se podem desconsiderar as relações significativas existentes entre a produção escolar e as oportunidades reais que determinada sociedade possibilita aos representantes das diversas classes sociais. Além da perspectiva social, a qual perpassa as demais, a autora considera a instituição escolar em diferentes níveis (professores desqualificados e desmotivados, falta de material pedagógico, falta de qualidade de ensino) como sendo o maior contribuinte do fracasso escolar de seus alunos. Considera que o fracasso escolar também pode decorrer de condições internas de aprendizagem, isto é, específicas do aluno.

Em nosso país, várias mudanças no contexto e estrutura escolar vêm se desenhando, entre elas, o ensino fundamental de nove anos, porém ainda enfrentamos um alto índice de fracasso escolar.

A partir da aprovação da ³Lei nº 11.274/2006 o ensino fundamental de nove anos é instituído e conseqüentemente ⁴crianças com seis anos de idade são incluídas nessa nova estrutura de ensino.

Frente a essa realidade, considera-se relevante o tema alfabetização aos seis anos, pois é sabido que as dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita estão intimamente ligadas ao fracasso escolar. Além que, teoricamente a alfabetização para crianças de

³ Disponível em: [Http://www.sinepe-ce.org.br/fundamenta/9anosl.htm](http://www.sinepe-ce.org.br/fundamenta/9anosl.htm)- Acessado em 25/05/2010.

⁴Disponível em: (<http://www.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>) “A Resolução CNE/CEB nº 3/2005, de 3 de agosto de 2005, que fixa como matrícula de crianças de seis anos de idade no ensino fundamental, que essa, obrigatoriamente, tenham seis anos completos ou a completar no início do ano letivo em curso.”

“seis anos” está ocorrendo nas instituições escolares brasileiras, porém na prática está marcada por dúvidas, conflitos e receios.

A escolarização obrigatória as crianças aos seis anos de idade é um avanço na história da educação brasileira. Ter um tempo maior para se trabalhar com a alfabetização, isto é, um período de três anos é uma conquista, principalmente para as crianças de camadas menos favorecidas. Entretanto, se não houver um trabalho de qualidade, respeitando o desenvolvimento das crianças na faixa etária de seis anos, estaremos somente ampliando o tempo de alfabetização sem que isto gere resultados positivos.

Desta forma, levantam-se vários questionamentos em relação à alfabetização antecipada, isto é, por volta dos seis anos. Ou seja:

Se a Lei 11274/2006 já está em vigor na maioria das escolas brasileiras, e é meta a ser cumprida nas demais instituições de ensino, o primeiro ano, desta nova organização de ensino terá o objetivo que as crianças se alfabetizem?

Nesse universo da leitura e escrita, toda criança aos seis anos estaria apta para se alfabetizar?

Desta forma, analisa-se no decorrer desse trabalho a inclusão de crianças de seis anos de idade no ensino fundamental e suas implicações na alfabetização.

Para compreender as questões pertinentes a alfabetização aos seis anos, será utilizada o método de pesquisa bibliográfica. Assim, no primeiro capítulo utiliza-se o Documento do MEC (Ministério da Educação), intitulado “Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade”, apresentando as mudanças decorridas no contexto escolar, referentes à ampliação do ensino

obrigatório, além de explorar as orientações relativas à alfabetização no ensino fundamental de nove anos. Neste mesmo capítulo, enfatiza-se a opinião de Rapoport (2009) e Marangon (2007), a respeito da ampliação do ensino fundamental. No segundo capítulo, aborda-se o desenvolvimento intelectual associado ao processo cognitivo. Para tanto, reporta-se ao pensamento de Simons (2006), a cerca da maturação cerebral, ou seja, que existe uma estimativa média de quando a criança está pronta para determinadas funções, entre elas a alfabetização. Reforçando o pensamento de Simons (2006), cita-se Weiss (2008), em relação às implicações negativas ao desconsiderar o ritmo específico da criança para aprender ler e escrever. Enfatiza Ferreiro (2008), sobre a importância de se criar oportunidades reais de alfabetização, permitindo que a criança aprenda a ler e escrever. Cita-se Soares (2010), a qual salienta a importância do lúdico associado ao processo de alfabetizar. Trabalha-se com a teoria de Piaget, a cerca do desenvolvimento, destacando as características da criança no período pré-operatório, além do processo de equilíbrio (assimilação e acomodação).

Utiliza-se da teoria de ⁵Vigotski, em relação o processo de mediação, do desenvolvimento e aprendizagem, além de ressaltar a importância do brinquedo.

Para contemplar a teoria de Piaget e Vygotski, busca-se conhecimentos em Rapoport (2008), Golse (1998) e Bock (2002).

No terceiro capítulo, aponta-se o papel do Psicopedagogo nesta nova organização do ensino fundamental, levando-se em consideração os aspectos relativos à alfabetização no primeiro ano. Para tanto, cita-se Silva (1998), em relação aos objetivos gerais da Psicopedagogia, Cano & Bonals (2009), os quais consideram que o

⁵ Vigotski- grafia segundo BOCK (2002).

Psicopedagogo deve ser um assessor psicopedagógico, ou seja, intervir em dificuldades que apareçam no contexto escolar, além de desenvolver trabalho preventivo e organização escolar. Também para Igea (2005), o Psicopedagogo poderia aperfeiçoar o contexto escolar, trabalhando em conjunto com os docentes. Reforçando-se o pensamento de Igea (2005), cita-se Weiss (2008) em relação à prudência necessária que o professor deverá ter com a reação das crianças, principalmente no início do processo de alfabetização, para que não ocorram frustrações, as quais podem dificultar aprendizagens futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- ASPECTOS LEGAIS

Aumentar o número de anos do ensino fundamental é uma meta que acompanha a política nacional de educação. Ou seja, analisando o contexto escolar brasileiro, observa-se uma ampliação gradativa deste nível de ensino.

Segundo o ⁶documento intitulado “Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade”, no ano de 1961 a partir da aprovação da Lei 4024 estabeleciam-se na educação brasileira o ensino obrigatório de quatro anos. De acordo com o mesmo documento, posteriormente o Brasil firmou acordo com Punta Del Este e Santiago, através do qual ampliaria a obrigatoriedade de ensino para seis anos aos brasileiros.

Além disso, a partir da Lei 5692/71 o ensino obrigatório passou para oito anos. Nessa ampliação progressiva de ensino obrigatório, a ⁷LDB9394/96 sinalizou para o ensino fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade. Assim, se tornou meta da Educação Nacional pela Lei n° 10.172, de nove de janeiro de 2001, que aprovou o PNE (Plano Nacional de Educação), o ensino fundamental obrigatório de nove anos. E o texto do MEC, conclui que a Lei 11.274/2006 institui o Ensino

⁶ Disponível em: [Http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf-windos](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf-windos), acessado 04/08/2010.

⁷ Disponível em : [Http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf-windos](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf-windos), acessado 04/08/2010.

Fundamental de nove anos de duração com a inclusão de crianças com seis anos de idade. Ou seja, através do texto “ Ensino Fundamental de nove anos:orientações para a inclusão de crianças de seis anos” (MEC, 2007, p.5) :

“Com a aprovação da Lei no 11.274/2006, ocorrerá à inclusão de um número maior de crianças no sistema educacional brasileiro, especialmente aquelas pertencentes aos setores populares, uma vez que as crianças de seis anos de idade das classes média e alta já se encontram, majoritariamente, incorporadas ao sistema de ensino – na pré-escola ou na primeira série do ensino fundamental.”

Desta forma, a transição do Ensino Fundamental de oito para nove anos vem sendo apontado desde a LDB de 1996. Entretanto, passaram-se catorze anos e muitos profissionais da área de educação, pais, entre outros, possuem várias indagações a respeito dessa nova forma de se estruturar e organizar o ensino fundamental.

Segundo MARANGON, (*apud* Revista Nova Escola, 2007, p.29), o aumento do tempo de escolaridade é uma tendência internacional. Exemplifica, tal tendência através de países como Portugal, sendo que as crianças entram com seis anos de idade e permanecem, por no mínimo nove anos. Na Espanha, esse número sobe para dez. Nos Estados Unidos, a idade varia de um estado para outro, o compromisso nacional de que todos os estudantes precisam freqüentar as salas de aula até completar dezesseis anos de idade. Prossegue, até nossos vizinhos, como Argentina e Uruguai possuem a escolarização obrigatória de dez anos.

Para RAPOPORT, (2008, p. 5), a ampliação da escolarização para toda uma nova geração de crianças pequenas é uma conquista porque efetiva um direito subjetivo de todos os cidadãos e cidadãs brasileiras: o direito à educação. Entretanto, segundo o mesmo autor, a aquisição deste direito não é simples, pois ele pode ser efetivado de modo perverso se não forem considerados os cuidados para o ingresso das crianças menores nas escolas de ensino fundamental.

Deste modo, chama de efeito perverso a falta do limite de idade para o ingresso das crianças no primeiro ano do ensino fundamental, além da antecipação do trabalho de preparação para alfabetização com crianças de pré-escola.

Melhor dizendo, para RAPOPORT, (2008, p.6):

“Chamo de efeito perverso os processos que estão se multiplicando no país por meio de ações movidas pelo Ministério Público, reivindicando o ingresso no primeiro ano das crianças de cinco anos, que irão completar seis anos ao longo do ano civil, e o trabalho de preparação para a alfabetização realizada com as crianças de quatro e cinco anos na pré-escola.”

Sob o mesmo ponto de vista, antecipar sem a menor necessidade, a frequência à escola, acaba por violar outros direitos da criança, como o direito à brincadeira, ao desenvolvimento motor, ao convívio em grupo.

A alfabetização no ensino fundamental de nove anos, também gera várias expectativas em toda comunidade escolar, aos pais e às próprias crianças.

Porém, de acordo com RAPOPORT, (2008, p.25), embora em muitas instituições professores e pais estejam confusos quanto à questão da alfabetização no primeiro ano, este não tem por objetivo alfabetizar. Segundo o mesmo, inicialmente os documentos referiam que o processo de alfabetização se daria no primeiro e no segundo ano. Entretanto, material recentemente elaborado pelo MEC (Brasil, 2007, p.8 *apud* RAPOPORT, 2008, p.6) para orientar e subsidiar as propostas de alfabetização e letramento prolonga este tempo para três anos, isto é:

“Este fascículo foi organizado pensando nas turmas de alfabetização nesse “novo modelo de ensino fundamental” e dará uma atenção particular ao trabalho com as novas crianças nessa faixa de idade. Como as diferentes redes de ensino adotam distintos sistemas de organização, alguns optando por ciclos, outros por seriação, estamos considerando aqui três anos do ensino fundamental destinados ao trabalho com as turmas de alfabetização, quer dizer, as turmas de seis, sete e oito anos...”

MARANGON, (*apud* Revista Nova Escola, 2007, p.30), reforça que apesar da alfabetização ser naturalmente uma meta a atingir, os especialistas defendem que ela não deve ser a única preocupação do professor. Prossegue mesclar a experiência da Educação Infantil e garantir que todos tenham espaço para brincar, se divertir e socializar (além de aprender) também é essencial.

Verifica-se, que o primeiro ano do ensino fundamental não possui a obrigatoriedade de alfabetizar, mas a de iniciar o processo da construção de conhecimentos em torno do ler e escrever.

2. 2 CRIANÇAS DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS COGNITIVOS

Ao se incluir crianças na faixa etária de seis anos no primeiro ano do ensino fundamental, deve-se repensar o trabalho pedagógico que será realizado com as mesmas, levando em consideração as peculiaridades do seu desenvolvimento.

Segundo RAPOPORT, (2009, p.9) a maioria dos teóricos a cerca do desenvolvimento organizam sua teoria em estágios, em idades pré-estabelecidas, sabe-se que este é um orientador, mas que não deve ser rígido quanto aos marcos inicial e final. As crianças são diferentes tanto em aspectos hereditários, maturacionais, nutricionais, como nos seus vínculos afetivos, experiências vividas, cultura, etc.

Para FERREIRO (2008 p. 71-72):

“Os filhos de pais alfabetizados (melhor dizendo: que usam no cotidiano e com frequência língua escrita) chegam á escola com uma série de conhecimentos que adquiriram em contextos sociais de uso deste objeto social e, além disso, com uma série de conhecimentos, produtos de suas explorações ativas sobre a língua escrita (...). As crianças de pais não-alfabetizados ou semi-alfabetizados tampouco chegam ignorantes à escola; chegam, porém com menos informações: quase tudo que sabem é

produto de suas próprias explorações ativas sobre a língua escrita em contextos pouco apropriados (a escrita em uma camiseta, em um pedaço de jornal que serve para acender o fogo, (...). Estes não puderam aprender em contextos sociais as funções básicas da escrita em nossa sociedade, sabem que é algo importante, mas não sabem o porquê é tão importante. Sabem pouco, não por falta de curiosidade nem por falta de capacidade, porque não tiveram alguém por perto para responder as perguntas que todas as crianças se colocam no início...”

Neste sentido, o professor, a escola, enfim o sistema escolar deve levar em consideração as características globais das crianças de ⁸seis anos, porém devem estar atento às variações individuais. Assim, poderá decorrer o trabalho com a alfabetização respeitando o ritmo, o conhecimento prévio do discente, bem como o seu desenvolvimento.

Para WEISS (2008, p.96):

“o desrespeito ao ritmo de construção da criança no ler e escrever pode criar uma dificuldade que se avoluma como uma “bola de neve”, podendo chegar a estancar o seu processo de verdadeira alfabetização. Ela começa a apelar exclusivamente para a memória e, a partir de um certo ponto, passa a não caminhar mais, ou mesmo a se recusar a cumprir qualquer tarefa relacionada à leitura e à escrita. Grande parte dos encaminhamentos que recebo nessa fase encontra-se relacionada a esse tipo de dificuldade, em que a grande ansiedade passa a bloquear a aprendizagem, em função do despreparo da escola em lidar com o desencontro entre o ritmo de algumas crianças e o ritmo geral da turma.”

Segundo ⁹SIMONS (2006), “existe uma estimativa média de quando a criança está pronta para determinadas funções, entre elas a alfabetização. Ou seja, pode-se perceber que metade da população funciona de uma determinada forma, dentro de um ritmo específico, um quarto da população é precoce em relação a essa média e um

⁸ Vale lembrar que nesse universo da alfabetização estão sendo inseridos crianças com 5 anos de idade.

⁹ SIMONS, Ursula Marianne. *Filho real x Filho ideal*. 2006. Disponível (www.terraeludice.com.br), acessado 13/09/2010.

quarto da população é um pouco mais lento. Apesar destas variáveis, os indivíduos se encontram dentro de uma normalidade de desenvolvimento.

“Portanto, 75 em 100 crianças estão dentro da média ou são um pouco mais lentas, por uma inscrição genética de funcionamento.”

Considerando-se, a análise de SIMONS (2006) acerca do desenvolvimento, 75% das crianças aprenderão a ler e a escrever por volta dos sete anos de idade, pois anterior a esse período a maioria da população não apresentam amadurecimento neurológico necessário para que ocorra uma alfabetização ¹⁰tranqüila e segura.

FERREIRO (2008, p.38), estabelece um paralelo entre a alfabetização no Ensino Fundamental e a Pré-escola anteriores a nova organização de ensino, ou seja, o ensino fundamental de nove anos. Desta forma, segundo a autora, os objetivos da alfabetização do início da escola primária necessitam redefinir-se, também necessitam redefinirem-se os objetivos da pré-escola com respeito à alfabetização. Não se trata, nesse nível, nem de adotar as práticas ruins da escola primária, seguindo este ou aquele método de ensinar ler e escrever, nem de manter as crianças assepticamente afastadas de todo o contato com a língua escrita. Esta é uma falsa dicotomia que se expressa na famosa pergunta: deve-se ensinar a ler e a escrever na pré-escola ou não? Para Emília Ferreiro, não se deve ensinar, porém deve-se permitir que a criança aprenda.

¹⁰ De acordo com SIMONS, (2006) “(...) Precisamos imaginar que um indivíduo que aprenda a ler aos 7 anos e viva 70, terá 63 como leitor. Que diferença fazem aí um ou dois anos, nos quais a criança é obrigada a aprender a ler, antes de apresentar real maturidade para tal? (...)” SIMONS, Ursula Marianne. *Filho real x Filho ideal*. 2006. Disponível (www.terraeludice.com.br), acessado 13/09/2010 .

Tomando com base o pensamento de Ferreiro em relação ao primeiro ano do Ensino Fundamental, percebe-se que a alfabetização neste período deveria ser a de oportunizar a criança à interagir com a alfabetização.

Sendo assim, as crianças brasileiras na faixa etária de cinco a seis anos teoricamente estão em processo de alfabetização. Essa faixa etária do ponto de vista piagetiano encontra-se em um período denominado de pré-operatório.

Neste sentido, Jean Piaget divide o desenvolvimento humano em períodos, sendo que todos os indivíduos passarão por eles, porém cada um dentro de suas particularidades. Em outras palavras, os períodos (sensório-motor, pré-operatório, operações concretas, operações formais) são referências no desenvolvimento humano, porém não são normas fixas.

Para RAPOPORT, (2009, p.10), em média, por volta dos seis ou sete anos, a criança ocidental apresenta a mudança do período pré-operatório para operatório-concreto. Isso não quer dizer que não haja algumas que já sejam operatório-concretas aos cinco anos, como algumas podem se manter pré-operatórias aos oito. O que permite essa mudança no desenvolvimento cognitivo são as possibilidades de interação que elas dispõem.

Segundo PIAGET, (*apud* RAPOPORT, 2009, p.11-12), dos dois aos seis/sete anos, a criança encontra-se no estágio de desenvolvimento que é chamado de pré-operatório. Durante esse tempo, o pensamento ainda não segue regras muito elaboradas e entrega-se à fantasia. Caracteriza-se por grande imaginação, curiosidade, movimento e desejo de aprender e conhecer através do brincar e do uso de múltiplas linguagens.

Respeitando-se esse estágio de desenvolvimento da criança, que envolve especialmente o brincar, é fundamental que a prática da alfabetização esteja associada a esse momento. Ou seja, SOARES (2010) reafirma a importância do brincar quando diz que “a língua escrita é associada a uma disciplina, uma tarefa pesada que tira a criança da brincadeira a que ela tem direito, quando isso deve ser feito de forma lúdica, com grande interesse e prazer.”

Para GOLSE, baseado na teoria piagetiana (1998, p. 164) o pensamento da criança durante esse período permanece pré-lógico, caracterizado por quatro grandes classes de raciocínio: O animismo- tendência de coisas como vivas e dotadas de intenções; o finalismo- a definição de uma ação pelo seu resultado, que se encontram tão frequentes nos “porquês” das jovens crianças desta idade; o realismo – os conteúdos de consciência da criança são considerados como objetos; o artificialismo – é a crença de que as coisas foram construídas pelo homem ou por uma atividade divina.

Segundo o mesmo autor, o pensamento da criança pequena entre dois e seis/sete anos é então, ainda essencialmente egocêntrico e intuitivo. E é dominado pela representação imaginada de caráter simbólico.

Desta forma, a criança neste estágio pré-operatório, possui um pensamento centrado no seu ponto de vista, ou seja, acredita que todos a sua volta percebem e pensam de maneira semelhante a ela.

Assim, para BARBATO, (*apud* RAPOPORT, 2009, p.12-13) as crianças de seis anos falam alto sozinhas, muitas vezes, enquanto a professora fala, podendo ser

interpretado como bagunça. Entretanto, caracteriza-se como a fala egocêntrica, que está funcionando como planejadora de sua ação e de seu pensamento.

Neste sentido, o professor que atua no primeiro ano do ensino fundamental, deve ser um pesquisador, isto é, ¹¹ocupar-se de investigar como os alunos pensam. Aprimorar atividades, proporcionar desafios que permitam as crianças interagir com o mundo a fim de aprender cada vez mais.

Na ótica piagetiana, o desenvolvimento cognitivo é um processo através do qual o indivíduo constrói e reconstrói de forma contínua suas estruturas cognitivas. Esse processo chama-se adaptação e envolve o processo de assimilação e a acomodação.

Segundo BOCK, (2002, p.127-128), a adaptação que envolve a assimilação e a acomodação numa relação indissociável, é o mecanismo que permite ao homem não só transformar os elementos assimilados, tornando-os parte da estrutura do organismo, como possibilitar o ajuste e a acomodação deste organismo aos elementos incorporados.

Neste sentido, o desenvolvimento intelectual resulta da construção de um equilíbrio progressivo entre assimilação e acomodação, o que propicia o aparecimento de novas estruturas mentais. Isto é um processo em evolução.

Ao se trabalhar com o início de alfabetização, o docente deve levar em consideração o processo de equilibrarão, associado ao caráter evolutivo da escrita.

De acordo com FERREIRO (*apud* BOCK, 1999, p.129), existe um sujeito que conhece e que para conhecer, emprega mecanismos de aprendizagem. Há na sua concepção, um papel ativo do sujeito na interação com os objetos de sua realidade.

¹¹ (RAPOPORT, 2009, p.15)

Assim, as crianças interpretam o ensino que recebem, transformando a escrita convencional e produzindo escritas estranhas ao adulto. São, na verdade, aplicações de esquemas de assimilação ao objeto de aprendizagem.

De acordo com FERREIRO, (*apud* BOCK, 1999, p.129)

“a aprendizagem da escrita tem um caráter evolutivo, no qual é relativamente tardia a descoberta de que a escrita representa a fala, não sendo necessária que se estabeleça de início, a associação entre letras e sons. Outro aspecto importante nesta evolução refere-se ao aspecto conceitual da escrita. Para que as crianças possam descobrir o caráter simbólico da escrita, é preciso oferecer-lhes situações em que a escrita se torne objeto de seu pensamento. Este aprendizado é considerado fundamental, ao lado de outras habilidades que as concepções tradicionais já foram capazes de apontar, como as relacionadas a percepção e à motricidade.”

Para ¹²VYGOTSKI, (*apud* RAPOPORT, 2008, p.37), os avanços no desenvolvimento infantil não decorrem simplesmente de processos maturativos-biológicos, mas compreendem um processo dialético marcado por mudanças qualitativas e quantitativas que vão ocorrendo a partir do entrecruzamento entre tais processos e aquilo que o autor denomina como sendo uma linha de desenvolvimento cultural. A linha de desenvolvimento psíquico que se produz ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade. Ela consiste no domínio de métodos de comportamento que se baseiam na utilização de signos como meios para realizar uma operação psíquica particular. É através desta linha de desenvolvimento que ocorre a construção de novos métodos de raciocínio, o domínio dos métodos culturais e de conduta.

Desta forma, BOCK, (2002, p.108) reafirma a teoria de Vigotski, quando comenta que as crianças desde o nascimento, estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las as suas relações e a sua cultura. No início, as respostas das crianças são dominadas por processos naturais, especialmente

¹² Gráfia de acordo com Rapoport.(2009)

aqueles proporcionados pela herança biológica. É através da mediação dos adultos que os processos psicológicos mais complexos tomam forma. Inicialmente esses processos são inter psíquicos (partilhados entre as pessoas), isto é, só podem funcionar durante a interação das crianças com os adultos. À medida que a criança cresce, os processos acabam por ser executados dentro das próprias crianças- intrapsíquicos.

VYGOTSKI, (*apud* RAPOPORT, 2009, p. 38), considera existir uma inter-relação entre desenvolvimento e aprendizagem, sendo que esta inicia antes do ingresso da criança no universo escolar. No seu entender, para compreendermos esta inter-relação, é necessário considerar um nível de desenvolvimento real e uma área (ou zona) de desenvolvimento proximal. O desenvolvimento da criança seria constituído, assim, pelo contínuo movimento de competências desenvolvidas e em processos de desenvolvimento, num contínuo processo dialético entre condições de amadurecimento e interação do organismo humano e as relações psicológicas social e culturalmente estabelecidas pela criança. Ainda, no que tange a aprendizagem, VYGOTSKI (*apud* RAPOPORT, 2008, P.38), salienta que ela, por si só, não é desenvolvimento, mas se ela for organizada corretamente, poderá conduzir ao mesmo, pois ela coloca em ação vários processos de desenvolvimento, os quais não poderiam ocorrer e se desenvolver sozinhos.

Neste contexto, de acordo com RAPOPORT, (2008, p.45):

“A construção da linguagem escrita não se reduz a uma mera habilidade motora e tampouco a um processo de decodificação, visto a partir de uma perspectiva associacionista entre unidades desprovidas de significado. Enquanto um processo discursivo, a construção prescinde da compreensão, por parte da criança, dos usos, significados e sentidos da linguagem, reconhecendo-a como um dos principais elementos mediadores nas relações sociais, principalmente nas sociedades letradas.”

Assim, ao se trabalhar a alfabetização ancorada na ótica interacionista a escola deverá organizar-se de forma a viabilizar acessos a diferentes materiais a vivências de experiências individuais e coletivas, livres e mediadas.

RAPOPORT, (2008, p. 46), acredita que na ação educativa deve ser priorizado o desenvolvimento das múltiplas linguagens, da socialização, da criatividade, da autonomia das crianças inseridas no primeiro ano do ensino fundamental. A criança desta etapa precisa estar imersa num ambiente alfabetizador, isto é, ricos em materiais que viabilizem o desenvolvimento de diversas formas de expressão, que vão além da oralidade e da escrita, abrangendo também o desenhar, o brincar, as artes plásticas e ciências, a musicalidade, a expressão corporal, dentre outras.

De acordo com o mesmo autor, é no brinquedo que a criança aprende agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos. Os objetos perdem sua força determinadora. A criança vê um objeto, mas age de maneira diferente em relação aquilo que ela vê.

2.3 A CRIANÇA DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL- O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA NESTE CONTEXTO

A Psicopedagogia, conforme, SILVA, (1998, p. 26, 27), é o campo do conhecimento, o qual implica uma integração entre a Psicologia e a Pedagogia, sendo o seu objeto de estudo o processo de aprendizagem visto como estrutural construtivo e interacional, integrando-se nele os aspectos cognitivos, afetivos e sociais do ser

humano. Desta forma, a Psicopedagogia visa facilitar o processo de aprendizagem, removendo os obstáculos que dificultam esse processo.

Neste sentido, a Psicopedagogia no ambiente escolar, além do seu caráter terapêutico, poderá atuar de forma preventiva, ou seja, auxiliando a minimizar possíveis “fracassos escolares” de crianças que estão ingressando no primeiro ano do ensino fundamental.

Deste modo, poderá atuar junto às famílias, escola, docentes e discentes com o propósito de “melhorar” o processo de alfabetização nessa nova organização do ensino fundamental, não apenas em relação às dificuldades educativas que poderão ocorrer, mas também possibilitado intervir nas potencialidades das crianças nesta faixa etária.

CANO & BONALS, (2009, p. 70), consideram que a intervenção do psicopedagogo em um ambiente escolar deve ser o de direcionar sempre a potencializar a competência dos professores. O assessoramento psicopedagógico é um recurso à disposição das escolas a fim de que estas possam dar uma resposta adequada às necessidades educativas dos alunos com dificuldades para aprender, mas deve servir também para a prevenção e organização do funcionamento escolar, na dupla vertente educativa e de aprendizagem.

Assim, o psicopedagogo poderá reforçar junto aos professores a importância da maturidade da criança para iniciar o seu processo de alfabetização, auxiliar a perceber se a criança já possui os pré-requisitos necessários para aprender ler e escrever, tais como: esquema corporal, lateralidade, noção de tempo e espaço, coordenação motora fina e global, entre outros. Destacar a importância de se desenvolver o raciocínio lógico, como um processo facilitador para aprender ler e escrever. Melhor dizendo,

para SIMONS (2006), muitas vezes observa-se professores preocupados em cumprir o programa, não permitindo o tempo necessário para a construção dos raciocínios. Dessa forma a aprendizagem se dá de forma mecânica e sem significado. É importante trabalhar a compreensão das idéias no ritmo da criança, gaste o tempo que gastar. Em lugar de ouvir e repetir, a criança precisa fazer e compreender.

Esses aspectos são de extrema importância para a criança aprender ler e escrever, pois sem essa aprendizagem anterior, a maioria das crianças encontrará várias dificuldades para se apropriar da leitura e escrita, e outras terão déficits nesse processo.

POPPOVIC (*apud* CARVALHO, 2005), indica que se deve adotar o critério “idade mental” ao se falar em idade de início de alfabetização, que engloba a potencialidade de cada criança, a motivação para aprender, o grau de estimulação das habilidades básicas necessárias à alfabetização e as experiências adquiridas pela criança na interação com seu meio ambiente.

Desta forma, o Psicopedagogo juntamente com profissionais da educação (docentes, pedagogos), poderão trabalhar a alfabetização com as crianças de seis anos de uma forma significativa e prazerosa, ou seja, através de jogos, brincadeiras, desenhos, músicas entre outras, visando o desenvolvimento global e não apenas uma transmissão de conhecimentos que levem ao ler e escrever.

Segundo IGEA, (2005, p. 35), o psicopedagogo de escola deve ter claro que seu trabalho ganha sentido à medida que contribui para melhorar os processos educativos e, para isso, precisa trabalhar em colaboração íntima com os professores.

Desta forma, o desenvolvimento do trabalho pedagógico no primeiro ano do ensino fundamental, em especial com a alfabetização, poderá ser aprimorada com o

trabalho de um psicopedagogo em conjunto com os demais profissionais de educação. Ou seja, o psicopedagogo poderá prevenir “problemas” de aprendizagem, realizando diagnóstico precoce em crianças que estejam apresentando dificuldades na aquisição da leitura e escrita. Poderá auxiliar essas crianças a suprir tais dificuldades, além de fazer possíveis encaminhamentos, se houver necessidade, a outros profissionais.

Para WEISS (2008, p. 193), no início da formalização do processo de alfabetização é preciso observar com muito cuidado as primeiras reações da criança. Algumas crianças não agüentam as primeiras frustrações causadas por erros, mesmo sendo erros construtivos para a compreensão do processo – para a criança “erros são sempre erros” no sentido negativo. Errar nos chamados “trabalhinhos” é muito frustrante para a criança que compara o seu produto com o dos colegas. Algumas vezes rabiscam, amassam, rasgam o papel... Alguns saem beber água, bocejam, encontram formas para fugir da tarefa proposta.

São crianças, conforme WEISS (2008, p. 193), as quais interiorizaram uma auto-exigência muito grande e baixa resistência à frustração. É necessário ajudá-las desde o início do processo, dando-lhes mais estímulos, autorizando-as a errar, perder, não só na escola como na família.

Nota-se, que o psicopedagogo frente ao processo da alfabetização antecipada, teria um papel importante, ou seja, faria um trabalho preventivo e de orientação no processo de ler e escrever, minimizando dificuldades futuras de aprendizagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição do ensino fundamental de oito anos para nove anos, com a inclusão de crianças com seis anos de idade no primeiro ano do ensino fundamental, é uma alternativa válida para melhorar a qualidade de ensino nas instituições escolares brasileiras.

Com a aprovação da Lei nº 11.274, crianças de seis anos que não frequentariam as instituições escolares, passam a ser incluídas nas escolas e, conseqüentemente ampliam seu tempo de escolarização.

Analisando-se a ampliação do ensino fundamental, sob a ótica da lei, pode-se considerar que contribuiria para um desempenho mais satisfatório dos discentes em seu processo escolar, entretanto refletindo-se por outro ângulo, ou seja, o da prática educacional nota-se que se faz urgência de estudos, definições de regras claras, materiais e mesmo empreendimento na estrutura física do ambiente escolar.

Neste contexto, ao se trabalhar a alfabetização com crianças na faixa etária de seis anos, é necessário uma abordagem diferenciada de trabalho, respeitando as singularidades do seu desenvolvimento.

Além disso, é preciso encontrar um equilíbrio no currículo para o primeiro ano do ensino fundamental, para que o mesmo não se constitua apenas de conteúdos escolares da anterior primeira-série ou da pré-escola.

De acordo com RAPOPORT, (2009, p. 20), caso o nível de exigência vá além, do que as crianças desta fase são capazes de fazer, a partir de características não só de sua idade, mas também do seu contexto social e da existência ou não de uma experiência na educação pré-escolar, a criança irá desenvolver a idéia de que não é capaz, podendo favorecer o senso de inferioridade. Então, não se podem transpor para

o primeiro ano os conteúdos e formas de trabalhar da primeira série. Ao se fazer isso, possivelmente serão criadas condições para a criança experimentar a frustração e o fracasso, levando-a a sentir-se incapaz de fazer o que é esperado dela.

Como sinalizou no decorrer do trabalho, não existe a obrigatoriedade de alfabetizar no primeiro ano, mas de criar oportunidades para esse aprendizado. Reforça a idéia que o aprendizado deve ser lúdico, mas deve focar o aprendizado da leitura e escrita.

Neste sentido, percebemos a necessidade de criar oportunidades de aprendizagem da escrita, ou seja, propor atividades relacionadas ao ato de escrever, sem a preocupação inicial de domínio de técnicas, mas, a integração de um conhecimento espontâneo da criança de forma significativa valorizando a questão lúdica.

Apesar de algumas características do desenvolvimento serem universais as crianças de seis anos, deve-se considerar que existem muitas variações individuais. Neste sentido, RAPOPORT (2009, p.20) afirma que algumas crianças chegam ao primeiro ano com habilidades além das supostas para a sua idade e já alfabetizadas.

Desta forma, o professor frente à heterogeneidade da turma deverá ser cuidadoso ao planejar as atividades e não correr o risco de uniformizar as mesmas, e avaliar o aluno comparando-o ele com ele mesmo. Melhor dizendo, acompanhar os avanços e retrocessos baseados em cada aluno individualmente.

É importante enfatizar, a necessidade de tornar mais claro as orientações do MEC em relação ao ensino fundamental de nove anos, dentro da comunidade escolar, através de debates, estudos, para que possam esclarecer as metas em relação ao

primeiro ano do ensino fundamental. Tanto no que diz respeito à idade para ingresso neste nível de ensino, quanto às expectativas direcionadas a alfabetização.

O tema alfabetização é amplo, e torna-se mais vasto de explorações quando se investiga o processo de ler e escrever aos seis anos. Considera-se conveniente um estudo futuro em relação às implicações da falta de uma estrutura física adequada para acolher essa nova demanda de crianças como, por exemplo, mobiliários apropriados a faixa etária de seis anos, ambientes favoráveis ao desenvolvimento infantil como brinquedotecas, entre outros.

4. REFERÊNCIAS

- BEUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. *Ensino Fundamental de nove anos – orientação para inclusão da criança de seis anos de idade*. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica. 2. ed Brasília, 2007. Disponível em: (mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf). Acessado em: 10 abril. 2010.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO Odair; TEIXEIRA Maria Lourdes Teixeira. A Psicologia da aprendizagem. In: _____ *Psicologias - uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2002 . p. 114-129.
- CANO, Manuel Sánchez; BONALS, Joan, et al. A entrevista com pais e professores. In: _ *Avaliação Psicopedagógica*. Porto alegre: Artmed, 2009. p. 64-80.
- CARVALHO, Márcia Maria Loss de. *Apressamento cognitivo infantil: possíveis conseqüências*. 2005. 51f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Psicopedagogia) – Setor de Pós-Graduação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2005.
- FERREIRO, Emília. *Com todas as letras*. 15. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- GOLSE, B. *O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança*. 3. ed. Porto Alegre: Arned, 1998.
- IGEA, Benito del Rincón. O psicopedagogo nas escolas de ensino médio. In: _ *Presente e futuro do trabalho Psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 34-47.
- MARANGON, Cristiane. O direito de aprender. *Nova Escola*. São Paulo, v. n.208, p.28-35, dez, 2007.

RANGEL, Annamaria Píffero. *Alfabetizar aos seis anos*. 1. ed. Porto alegre: Editora Mediação, 2008.

RAPOPORT, Andrea et al. *A criança de 6 anos no ensino fundamental*. 1. ed. Porto Alegre: Editora mediação, 2009.

SILVA, Maria Cecília de Almeida e, *Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

SOARES, Magda Becker. Simplificar sem falsificar. *Revista Educação*. São Paulo, v.2 ,n. 1, p. 6-11,

SIMONS, Ursula Marianne. *Filho real x Filho ideal*. 2006. Disponível (www.terraeludice.com.br), acessado 13/09/2010 às 12h00min.

TEBEROSKI, Ana. *Psicopedagogia da Linguagem Escrita*. 13. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2008 .

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ. *Normas técnicas: elaboração e apresentação de trabalho acadêmico-científico*. 2. ed. rev. Curitiba – PR: UTP, 2006, 98P.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. *Psicopedagogia clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. 13. ed. Rio de Janeiro- RJ: Lamparina, 2008.